

O lobby dos juizes funcionou. Anteontem, eles corriam o risco de serem fiscalizados. Ontem, acompanharam a votação permanecendo no plenário. E venceram.

# O Conselho de Justiça, esvaziado.

O Conselho Nacional de Justiça continua no texto da Constituinte. Mas, graças a uma emenda de José Maria Eymael, do PDC paulista, ele deixou de ser um órgão de "controle externo" do Judiciário, e sua composição, organização e funcionamento serão definidos em uma futura lei complementar. Que poderá ser feita nos moldes que regulam o atual Conselho Nacional da Magistratura, que já exerce estas funções e é um organismo interno, formado por membros do próprio Poder Judiciário.

Enquanto se discutia a alteração deste capítulo do substitutivo de Bernardo Cabral, o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, levantou uma questão de ordem para fazer uma denúncia — o regimento da Constituinte estava sendo burlado com a presença, em plenário, de um grupo de lobby, formado por juizes e desembargadores, e encabeçado pelo procurador geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence. A questão de ordem foi acolhida pelo presidente em exercício da Comissão de Sistematização, senador Fernando Henrique. Que explicou o regimento,

garantiu que todos eram bem-vindos, mas que os corredores do plenário, que dão acesso aos lugares dos parlamentares, deveriam ser desobstruídos. A advertência foi ignorada, e a sessão foi encerrada dez minutos antes do seu prazo normal.

## "Não é perverso"

O texto original do substitutivo Bernardo Cabral dispunha em seu artigo 144: "O Conselho Nacional de Justiça é o órgão de controle externo da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público".

Parágrafo único: "Lei complementar definirá a organização e funcionamento do Conselho Nacional de Justiça, em cuja composição haverá membros indicados pelo Congresso Nacional, Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil".

O texto aprovado pela Comissão, segundo a emenda José Maria Eymael, ficou: "O Conselho Nacional de Justiça é o órgão de controle



No plenário: juizes, exercendo pressão.

da atividade administrativa e do desempenho dos deveres funcionais do Poder Judiciário e do Ministério Público".

Parágrafo único — "Lei complementar definirá a organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Justiça".

A deputada Cristina Tavares, do PMDB de Pernambuco, encaminhou contra a emenda, destacando

Em nome da relatoria, o deputado Aroldo de Oliveira (PFL-RJ) defendeu a emenda José Maria Eymael, afirmando, que sua palavra "seria sobretudo de desagravo", numa referência ao pronunciamento de Cristina Tavares. Ele disse que "o País sempre teve a felicidade de contar com juizes corretos, íntegros", acrescentando ser a Justiça brasileira "imparcial" e que os privilégios são apenas do poder Executivo.

O deputado petista Plínio de Arruda Sampaio sustentou não poder haver democracia sem a fiscalização de todos os poderes, observando não acreditar que o Judiciário não deseje esse controle. Para ele, o problema é definir que tipo de controle corresponde aos interesses do País.

Já o deputado Eymael disse que sua primeira intenção era simplesmente suprimir do texto constitucional o Conselho Nacional de Justiça. "Toda a reação da magistratura com relação ao Conselho se devia a uma discussão emocional do problema. A reação dos membros do Poder Judiciário era sobre

o texto, e não sobre o instituto que, em si, não é perverso", afirmou. "Só não poderá é fazer apreciações que firam a autonomia e a independência do Poder Judiciário."

Com acolhida unânime da Comissão de Sistematização e parecer favorável do relator Bernardo Cabral foi aprovada ontem emenda de autoria do deputado José Bonifácio (PDS-MG) assegurando que a competência dos tribunais e juizes estaduais será definida na Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa de respectivo Tribunal de Justiça.

Em relação à Justiça militar, fracassaram as tentativas dos deputados José Genoíno (PT-SP) e Valdo Barbosa (PDT-RJ), que pretendiam subtrair prerrogativas dos tribunais militares do julgamento de civis. Contraindo-se às teses defendidas pelos dois parlamentares, o relator Bernardo Cabral argumentou que os tribunais devem existir em função de determinados crimes que lhes compete julgar, e não das pessoas acusadas, do contrário estaria caracterizada a existência de tribunais de exceção.

## CABRAL EXPLICA

O relator garante que teve boa intenção: proteger o bom nome do Poder Judiciário.

Um dos dispositivos mais polêmicos da Constituinte, o Conselho Nacional de Justiça, teve sua história contada ontem, em plenário, pelo relator Bernardo Cabral, momentos antes da votação de emenda do deputado Gérson Peres (PDS-PA), que suprimia o artigo 144 do substitutivo, pondo fim àquela inovação. Por 44 votos contrários, 40 a favor e cinco abstenções, a emenda foi considerada prejudicada.

Bernardo Cabral explicou que se sentia no dever de contar a história do Conselho porque a Constituinte estava sendo responsabilizada por "intromissão na independência do Poder Judiciário".

A explicação do relator-geral da Constituinte foi a seguinte: "Ocorreu um apreciável volume de queixas e reclamações contra o emperramento, a demora no julgamento das causas pelo po-

der Judiciário. Certa manhã, isto levou o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães, no exercício da Presidência da República, a reunir o eminente presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, dr. Márcio Thomaz Bastos, o eminente constituinte Nelson Jobim, o ilustre professor Reale Júnior e eu, para que houvesse uma sugestão no sentido de que não permitíssemos que o nome do Poder Judiciário fosse ultrajado. O presidente Ulysses Guimarães encarregou o eminente constituinte Nelson Jobim, que passou a ser, também, representante da relatoria, de tomar parte na reunião, na sede do prédio da OAB, com juizes e membros do Ministério Público. Uma vez que não se pôde chegar a uma conciliação no sentido de que se atendessem a todos, o eminente constituinte Nelson Jobim — e já o disse de público

de suas razões — apresentou a emenda, constante do primeiro substitutivo Bernardo Cabral.

No primeiro substitutivo (presidia a sessão o senador Fernando Henrique Cardoso) o relator acolheu a instituição do Conselho Nacional de Justiça e a dos conselhos estaduais de Justiça. No segundo substitutivo o relator retirou este tópico dos conselhos estaduais de Justiça tendo em vista várias mensagens, cartas e telegramas recebidos dizendo do problema que isto criaria em alguns Estados.

O relator quer declarar que verificou que a emenda José Maria Eymael atende tanto ao Poder Judiciário quanto ao Poder Legislativo. Esta a razão por que o relator vai formar posição com relação à emenda do constituinte Gérson Peres e, a seguir, com a emenda Eymael", finalizou Cabral.

## OS JUÍZES REAGEM

Os 8.000 juizes do país não gostaram. Alegação: o Conselho seria um órgão político.

"Um absurdo, totalmente incabível a intervenção direta de um órgão que acabará com a autonomia, independência e a harmonia que existia entre o Judiciário e os dois outros poderes." A crítica foi feita ontem, em Porto Alegre, pelo secretário-geral da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) — entidade que congrega os oito mil juizes do País —, José Eugênio Tedesco, ao Conselho Nacional de Justiça, órgão cuja criação foi aprovada pela Comissão de Sistematização para fiscalizar o Judiciário.

O Conselho, "ponto nevrálgico" do capítulo destinado ao Judiciário, segundo o juiz Tedesco, acabaria se tornando um órgão político e, com isso, suscetível a toda a série de pressões.

A aprovação do órgão, também foi duramente condenada pelo vice-presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do

Sul (Ajuris — entidade que congrega os quase 400 juizes das 149 comarcas do Estado), Válcio Duarte Peixoto: "É uma ingerência, sem qualquer fundamento, no Judiciário."

"A questão é seriíssima e não terá reflexos positivos" — advertiu Tedesco, para quem a medida acabará com a independência de muitos juizes, principalmente dos que estiverem em início de carreira, que "ficariam com medo" de tomar determinadas decisões. Já o vice-presidente da Ajuris considera que a criação do Conselho é uma consequência da atuação de "algumas vozes descontentes com a autonomia com que vem sendo exercida a Justiça no País".

Segundo o secretário-geral da AMB, outro ponto aprovado pela Comissão não agradou aos integrantes do Judiciário: a defi-

nição, no texto constitucional, apenas da garantia de "autonomia financeira", mas sem a fixação de um percentual fixo da dotação orçamentária para o Poder. "Se isto não for revisto pelo plenário da Constituinte — diz ele —, a autonomia continuará apenas no papel, já que o Executivo poderá liberar somente uma parte dos recursos solicitados. Precisamos da fixação de um percentual, pode ser 2% ou 3%, não interessa, mas que já fique definido."

"O mais grave erro da história jurídica do País; uma medida que desfaz o Poder Judiciário." Assim o senador José Paulo Brisol (PMDB-RS), desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado, também classificou o projeto aprovado anteontem, defendendo, entretanto, a aprovação da emenda em estudos que atribui ao Legislativo a função de fiscalizar o Judiciário.

## Mais deputados? Não passou.

A proporcionalidade foi mantida na Sistematização. São Paulo continua com seus 80 deputados na Câmara Federal.

A atual proporcionalidade na fixação do número de vagas para a Câmara foi mantida por 47 votos contra 43, conforme decisão de ontem da Comissão de Sistematização, que aprovou a emenda do deputado Oswaldo Coelho (PFL-PE). Assim, a composição da Câmara ficou inalterada, com uma representação de 487 parlamentares. As vagas por Estado foram fixadas em oito, no mínimo, e 60, no máximo. Com isso, São Paulo perdeu a oportunidade de aumentar sua representação para 80 deputados na próxima legislatura, o que aconteceria caso prevalecesse o texto do relator Bernardo Cabral.

Os deputados Joaquim Bevilacqua, Solon Borges dos Reis, José Maria Eymael, Michel Temer, Ricardo Izar, Gastone Righi, Roberto Cardoso Alves e José Genoíno, todos de São Paulo, tentaram ainda sensibilizar o plenário para a conveniência da manutenção do texto de Cabral. "Essa representação da Constituinte é coxa, capenga e defeituosa", reclamou Cardoso Alves, argumentando que o voto de um eleitor de São Paulo, segundo a emenda aprovada, vale 16 vezes menos que o de um eleitor do Acre.

Até José Genoíno, invocando sua condição de nordestino, tentou convencer os membros da Sistematização. Lembrou que grande parte do eleitorado de São Paulo é composto de pessoas nascidas em outros Estados, sobretudo na região Nordeste. E condenou o emocionalismo e o regionalismo que "tomaram conta dos debates". Em vão. Ainda ontem, a Sistematização

aprovou a manutenção do sistema de voto proporcional para a eleição à Câmara, na forma da emenda apresentada pelo líder do PDT, Brandão Monteiro. E o texto de Bernardo Cabral, que remete a questão para a lei ordinária, foi rejeitado. A aprovação da emenda, por 61 votos contra 27, foi saudada pelos partidos de esquerda e pelo MUP do PMDB. O presidente da Sistematização, senador Afonso Arinos, foi aplaudido quando se manifestou a favor do voto proporcional.

O artigo foi votado graças ao entendimento das lideranças, para examinar a questão do sistema eleitoral só depois de definido o sistema de governo. O líder do governo, Carlos Sant'Anna, tentou votar primeiro o sistema eleitoral, a fim de garantir a aprovação do sistema proporcional e, com isso, desestimular eventuais parlamentaristas, já que se difundia o entendimento de que os dois sistemas são incompatíveis. O resultado da votação, contudo, mostrou não ser precedente tal afirmação, pois muitos parlamentaristas votaram a favor do sistema proporcional.

Os parlamentares se sucederam no microfone indagando à Mesa se a aprovação da emenda prejudicaria as propostas implantando o sistema distrital, ainda que misto. O presidente da sessão, senador Fernando Henrique Cardoso, confirmou a prejudicabilidade; e o deputado José Jorge (PFL-PE) subiu à tribuna para defender a emenda Brandão Monteiro.

## Diretas para presidente: os candidatos se preparam.

Parlamentares do MUP (Movimento de Unidade Progressista) do PMDB continuam se preparando para as eleições diretas para a Presidência da República em 88. Hoje, eles tomam café da manhã com o ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro (foto), com quem debaterão sua possível candidatura à sucessão presidencial. De sua parte, o presidente José Sarney, mesmo confiando num acordo político que lhe garanta o pretendido mandato de cinco anos, estaria disposto a fixar eleições gerais para o ano que vem, para anteciper-se à Assembleia Nacional Constituinte, caso verifique uma real tendência dos constituintes pela redução de seu mandato para quatro anos.

Os parlamentares do MUP — que já conversaram com os economistas Dércio Munhoz e Paulo Nogueira, com o cientista político David Fleischer e o reitor da UnB, Cristóvão Buarque — estão dispostos a ouvir também o ex-governador do Rio, Leonel Brizola. Ontem, eles almoçaram com o ex-ministro Dilson Funaro. "Havia mais de 30 parlamentares no almoço. Foi uma



sabatina sobre a dívida externa e sobre o Plano Cruzado", disse a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE). Para ela "o MUP quer ter uma visão do País, fornecida por pessoas que fazem história".

Aqui em São Paulo, antes de embarcar para Brasília, Funaro afirmou que a solução do problema econômico do País passa antes de tudo pela solução do problema político, que se resolveria com eleições diretas para presidente após a promulgação da nova Constituição.

No Palácio do Planalto já existiriam estudos e pareceres sobre a possibilidade de Sarney lançar mão da Emenda 26, que convocou a Constituinte, para fixar eleições gerais no País caso fique clara a tendência da Assembleia Nacional pela redução de mandato.

"Eleição direta em 88 passa a ser a saída inevitável. Tenho conversado com vários militares e até mesmo eles são favoráveis a isso", disse ontem o prefeito de Recife, Jarbas Vasconcelos, que acredita na adesão, em breve, do governador Miguel Arraes à campanha pelas diretas já.